

RESENHA

Para compreender *Sistemas Sociais* de Niklas Luhmann

José Lenho Silva Diógenes¹

1. Doutor em Sociologia (UFC). Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Poder, Violência e Cidadania (CNPQ/UFC). jlsdiogenes@hotmail.com

LUHMANN, Niklas. *Sistemas Sociais: esboço de uma teoria geral*. Tradução Antônio C. Luz Costa, Roberto Dutra Torres Junior e Marco Antônio dos Santos Casanova. Rio de Janeiro: Vozes, 2016

Introdução

Niklas Luhmann (1927-1998) produziu uma obra composta de dezenas de livros e centenas de artigos sobre uma diversidade de temas (direito, economia, política, arte, religião, meios de comunicação, amor, entre outros). De acordo com Peter Beyer, em seu conjunto, essa composição coloca em jogo três teorias: uma teoria de sistemas, uma teoria da evolução e uma teoria da comunicação. Cada uma destas se desenvolve no âmbito daquilo que Luhmann chama de dimensões do sentido: a teoria de sistemas se constitui em face da dimensão objetiva do mundo; a teoria da evolução perante sua dimensão temporal; e, a teoria da comunicação em face de sua dimensão social (BEYER, 1983).

A complexidade teórica de Luhmann é marcada por uma multiplicidade de diálogos com uma variedade de pensadores. Ele utiliza um extenso repertório conceitual obtido, às vezes, através de reespecificação de conceitos de diferentes disciplinas. A tradução de *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral* (1ª edição em alemão de 1984), publicada pela Vozes em 2016, possibilita ao leitor brasileiro observar, através desse livro-síntese de 12 capítulos

(desenvolvidos em 575 páginas), os principais marcos de um programa teórico para a observação dos sistemas sociais. Apesar da sugestão do subtítulo (esboço), trata-se de um livro denso, que reclama do leitor paciência e algum esforço de abstração, mas que, seguramente, compensa a leitura.

Sistemas Sociais é uma obra particularmente interessante para quem quer refletir sobre o caráter abstrato de alguns objetos e processos específicos da sociedade moderna. Um de seus traços característicos é a ênfase no que já foi chamado de *realidade da abstração*, sem, contudo, ser fruto de um pensamento abstrato. Estudos apontam que Luhmann não é simplesmente um teórico do social ou da sociedade, antes, porém, é um sociólogo com acentuada perspicácia para observar a abstração da própria sociologia e, nesse sentido, suas formulações são bastante importantes para a descrição de realidades empíricas (ARNOLD-CATHALIFAUD, 2006).

A crítica argumenta, dentre outras coisas, que a fundamentação de Luhmann torna seu pensamento quase incompreensível, que ele é um tanto insensível ao estímulo de dados empíricos, que não atenta para uma dimensão espacial do sentido e que apresenta dificuldades para explicar a capacidade de ação coletiva (p. 225). Seja como for, o pensamento do autor é fundamental para compreender as limitações do planejamento sistêmico no contexto contemporâneo e a tradução que agora temos à mão permite o acesso ao sentido do texto, com a ressalva de que esse julgamento é de alguém que teve contato com as obras do autor por ocasião do doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará, quando desenvolveu a tese *O subsistema penal militar e suas contingências: uma sociologia do crime militar à luz de Niklas Luhmann*¹.

No sentir de Klein (2017)², há um equívoco em traduzir *Mitteilung* por “participação da informação a outro”. Segundo afirma, teria sido mais adequado adotar *mensagem* ou *elocução*. Um leitor familiarizado com as traduções do autor para outras línguas também pode se questionar se não teria sido melhor empregar estas ou aquelas palavras para traduzir estas ou aquelas identidades

1. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28405>>. Acesso em: 10/08/2018.

2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v29n3/1809-4554-ts-29-03-0349.pdf>>. Acesso em: 07/08/2018.

de sentido. É possível pensar, por exemplo, se, em vez da expressão *dimensão (material) de sentido*, não teria sido mais coerente optar pelo uso de *dimensão (objetiva) de sentido*, como ocorreu na tradução coordenada por Javier Torres Nafarrete (LUHMANN, 1998).

A tradução peca um pouco em não ter incluído algumas notas explicativas dos tradutores, como foi feito, por exemplo, na tradução de *Introdução à Teoria dos Sistemas*: “o que traduzimos por *dimensão objetiva (sachlich)* poderia ser traduzido como *dimensão real*, conforme o significado de *real* no jargão jurídico. [...] Qualquer decisão acarreta consequências semânticas indesejáveis” (LUHMANN, 2011, p. 224). De qualquer forma, penso que destacando a proposta metodológica do autor, o sentido de seus textos se torna mais claro, inclusive, para recompor o fio condutor que conecta *Sistemas Sociais* ao restante de sua produção.

Trilhas no pensamento de Niklas Luhmann

O ponto de partida de Luhmann é a compreensão de que o organismo humano é limitado em termos de percepção e assimilação de informação sobre as possibilidades que constituem a complexidade do mundo. Por isso, o ser humano é continuamente pressionado a reduzir complexidade, de forma a manter *expectativas* em relação ao mundo circundante (LUHMANN, 1983). Só é possível ter acesso à complexidade reduzindo-a e, quando isso ocorre, torna-se perceptível uma diferença de complexidade que “compele a seleção a ocorrer” (LUHMANN, 2016, p. 46).

O princípio de toda percepção e reconhecimento do mundo é o estabelecimento de uma referência, uma indicação que cria uma distinção a partir da qual um observador pode identificar algo. Somente através de uma referência a algo é possível observá-lo e descrevê-lo. Da observação, emerge uma diferença entre *dentro* e *fora* (LUHMANN, 2016, p. 84).

Cada produção de diferença de complexidade é uma operação, que, quando se reproduz no tempo, forma sistemas sociais, permitindo tornar esperáveis ou prováveis algumas possibilidades de acontecimentos. A observação das relações envolvidas pela diferença (entre o sistema e o ambiente) possibilita

verificar como eles se mantêm e se alteram permanentemente em relação ao seu ambiente. Nessa perspectiva, sistemas sociais são diferenças que transformam a sobrecarga da extrema complexidade em possibilidades de desapontamento, contra as quais algo pode ser feito (LUHMANN, 1983, p. 55).

Esse é o fundamento da grande variedade de sistemas sociais que se diferenciam no mundo: famílias, partidos políticos, empresas, tribunais, polícias, etc. A diferenciação de sistemas é o que nos permite selecionar informações, reconhecer e compreender o mundo e construir um conhecimento sobre ele (LUHMANN, 2016, p. 84). Com a diferenciação de sistemas, o ambiente de cada um deles é diferente dos outros e envolve, além do ambiente natural, seres humanos com suas personalidades e os outros sistemas sociais. Desde então, todos os sistemas observam o mundo de uma perspectiva particular, colocando em jogo uma série de expectativas, estruturas e processos.

O sentido é o que permite ao ser humano registrar e regular a complexidade do mundo em face da pressão que o tempo nos coloca. Não podemos reter o tempo, mas podemos registrar acontecimentos fugazes como forma de lidar com o futuro, de fazer algo em relação às possibilidades do acontecer. Assim, na perspectiva luhmanniana, sentido é o universal evolucionário, o correlato do mundo, um excedente de possibilidades de remissões a outras possibilidades do vivenciar e do agir: “uma categoria inegável, desprovida de diferença”³ (LUHMANN, 2016, p. 84).

Os sistemas sociais limitam a contingência absoluta do acontecer através de seleções de sentido. Cada seleção que realizamos é uma redução da complexidade. Quando várias seleções formam séries encadeadas de acontecimentos,

3. É importante destacar as razões de Luhmann para atribuir a centralidade ao sentido em sua teoria: “a referência ao mundo, imanente em todo sentido, exclui a possibilidade de definirmos sentido como *signo*. [...] A função de um signo exige sempre remissão a algo determinado, excluindo a autorreferência. Ela exige assimetria de uma autorreferência basal e recursiva. Dito de outro modo, não existe um signo para o mundo, nem um signo que designe a si mesmo. Universalidade e autorreferência são, no entanto, qualidades incondicionais de sentido. Por isso, o sentido é o estado de coisas fundamentador: um signo tem de ter sentido para poder cumprir sua função, mas sentido não é signo” (LUHMANN, 2016, p. 93).

um sistema se torna autorreferencial. Desde então, ele acumula uma “história” através de uma entrosagem constante entre autorreferência (referência a si mesmo) e heterorreferência (referência ao mundo) (LUHMANN, 2016, p. 348). Dessa maneira, eles reduzem o peso da extrema complexidade do mundo, permitindo-nos lidar com uma infinidade de informações.

Perspectiva metodológica: problemas e suas soluções

A estrutura metodológica de Luhmann se manteve ao longo de toda sua carreira acadêmica e é dela que subjaz os elementos conceituais de seu marco teórico. Seu uso lhe permitiu desenvolver uma construção teórica transdisciplinar, através do intercâmbio de comunicação entre diversos subsistemas científicos. Os temas que ele aborda são discutidos em torno de uma estrutura elementar que tem a forma de relação entre um problema e suas possíveis soluções (RODRÍGUEZ; MARCELO ARNOLD, 1999).

Esse modo de pesquisa, comum ao funcionalismo, é reespecificado no sentido de não formular problemas em referência a causas externas ou anteriores aos estados de coisas nos quais eles estão envolvidos. No pensamento luhmanniano, problemas são concebidos de modo autorreferencial: são constituídos e especificados por suas próprias soluções. A escassez é um exemplo disso. Enquanto problema, ela não é algo externo ou anterior à economia, mas o problema de referência desta. É um tipo de complexidade. A economia emerge e se reproduz como esforço para apreender e reduzir a escassez como complexidade (RODRÍGUEZ; MARCELO ARNOLD, 1999).

Imagino que atentar para essa estrutura metodológica é fundamental para compreender o foco de interesse do autor em realidades emergentes da própria observação da complexidade (LUHMANN, 2006). A ideia é que isso evita a substancialização dos conceitos, à custa de não ser mais possível conceber objetos com linearidade, mas com circularidade e a autorreferencialidade da diferença (LUHMANN, 2016, p. 393). Destaque-se que, no contexto da discussão sobre autorreferência e racionalidade, no *Capítulo 11*, o autor recorda que o conceito de função substitui:

o conceito de substância, e as duas figuras, que dirigiram primordialmente o pensamento científico lógico-empírico, dedução e causalidade, perderam sua posição hierárquica; elas se transformam em conceitos, que um observador emprega, para arranjar um lugar para uma diferenciação (LUHMANN, 2016, p. 530).

Em *Sistemas Sociais*, especificamente no *Capítulo 1, seção IV*, o autor destaca que observará relações entre problemas e suas possíveis soluções, para evidenciar equivalências funcionais, isto é, formas diferentes de resolução dos problemas de referência. Deixa transparecer que o objetivo do livro é identificar relações entre relações, remetendo problemas a outros pontos de vista para poder remetê-los a outras soluções. Dessa forma, intenta reconstruir as contingências da teoria dos sistemas à custa de um deslocamento do conhecimento estabilizado para o contexto das possibilidades oferecidas pela teoria dos sistemas autorreferenciais (LUHMANN, 2016, pp. 77-78).

De fato, sobre o que estamos tratando, importa observar a seguinte afirmação do autor: “afirmamos, portanto, que existem problemas – não apenas para a ciência. Mediante seleção, a realidade reage a problemas que nela se colocam. Problemas são, factualmente, catalisadores da vida social” (p. 146). Em face do exposto, para fins didáticos de aproximação do leitor não familiarizado com o pensamento do autor, sugere-se tentar considerar, ao longo da obra, a forma como o autor explora o potencial heurístico dessa estrutura metodológica. Além disso, vale a pena ter em mente a perspectiva teórica do autor. Nesse sentido, tentarei pontuar algumas questões.

Perspectiva teórica: relações de relações

Desde o início de sua carreira, Luhmann afirma que não pretende construir seu pensamento de maneira axiomática. Considera que uma teoria regulada por axiomas pressupõe que a complexidade foi captada e reduzida pelos próprios axiomas que ela mesma emprega. Esse tipo de empresa teórica não permite que a complexidade seja intensificada, mas apenas desdobrada. Nesse sentido, é reducionista. Daí a necessidade de a teoria ser não-axiomatizável e traduzir-se em uma linguagem de problemas e de suas soluções (LUHMANN, 1973).

Concebida dessa forma, a teoria sociológica é uma prática que intensifica o potencial humano para a apreensão e a redução da complexidade do mundo através da organização sistêmica. Ela não se presta a fornecer verdades deduzíveis e fundamentadas através da garantia de condições da verdade, que a reduziriam a conceitos fundamentais e axiomas simples. Ela pretende se conceber como programa científico que tematiza seus próprios limites, através da reflexão de suas relações com algumas ciências vizinhas, afins e concorrentes (LUHMANN, 1973).

O objetivo da teoria é reduzir e intensificar a complexidade, seguindo o fio condutor do problema da própria complexidade e de sua redução. Isso reclama o reconhecimento de conexões dos sistemas da sociedade, mas recomenda, ao mesmo tempo, admitir que, as próprias construções da teoria não se confundem com a representação dos referidos sistemas. O sentido da teoria é, pois, autoconstruir-se como *práxis* que lida com problemas e que desenvolve uma intensa reflexão epistemológica da linguagem em contraste com pontos de vista teórico-históricos de diversas disciplinas.

O mundo social é fruto de condensações de sentido em torno das quais se estabelecem expectativas cognitivas que condensam informações. É necessário designar algo para observar e descrever um conhecimento mínimo que permita uma comunicação sobre o mundo. Com isso o conhecimento se estabelece, remetendo quase automaticamente à ideia do existente, do tangível, do que está à mão. Contudo, isso não garante à realidade um caráter “ôntico” ou de “essência” (LUHMANN, 1996).

Conceitos científicos são condensadores de expectativas que estruturam a comunicação científica em seu permanente processo de reprodução. Eles não são *representações* ou *semelhanças* de algo da realidade nem fazem referência a uma verdade nem a um erro que possam ser conferidos com o exterior do sistema ciência. A verdade de uma teoria é indicada por um programa, isto é, o *método*, que, ao introduzir probabilidades a um dos lados de uma distinção (verdade/não verdade) cumpre a função de dissolver a tensão entre problema e solução do problema (LUHMANN, 1996).

Fragmentos de Sistemas Sociais: esboço de uma teoria geral

No *Prefácio*, o autor esclarece como pretende desenvolver a teoria e adverte sobre a complexidade conceitual e o nível de abstração que o leitor enfrentará (pp. 9-15). Seu ponto de vista se estrutura em torno da compreensão de que um observador não tem liberdade para designar qualquer coisa como sistema. Enquanto objeto do conhecimento, este só pode ser identificado pela observação das operações que o diferenciam de um ambiente.

A *Introdução* se propõe a apontar as mudanças de paradigmas ocorridas na Teoria Geral dos Sistemas. Seriam elas: a) um sistema não mais se compreende como composto de partes, mas de uma diferença entre si mesmo e o ambiente (a diferença entre identidade e diferença); e, b) as relações entre sistema e ambiente passaram a ser explicadas pela Teoria dos Sistemas Autorreferenciais, que “considera a causalidade como um tipo de organização da autorreferência” (p. 26). Diante disso, o autor se pergunta: *como esses novos paradigmas podem ser utilizados para reformular a Teoria dos Sistemas Sociais?*

O livro é um desdobramento desse problema central, que, em grande medida, é intensificado com o objetivo explícito de conseguir temporalizar o conceito de elemento de um sistema, isto é, reduzir o máximo possível sua duração (p. 28). Por isso, parece-me que o *Capítulo 1* é indispensável para a compreensão das razões para a adoção de certas decisões teóricas. Ele fixa algumas conclusões decorrentes da aplicação do paradigma da *diferença* na teoria dos sistemas sociais. Dentre elas, destacam-se as ponderações dos dois parágrafos seguintes.

Produção significa “algumas causas, mas não todas” (p. 37). A unidade dos elementos sistêmicos é dada por autopoiese (pp. 43-44), isto é, o fechamento do modo autorreferencial da capacidade de conexão entre os elementos. O limite de um sistema é um dispositivo que reduz e aumenta complexidade. Seleção é “um procedimento sem sujeito, uma operação que é desencadeada pelo estabelecimento de uma diferença” (p. 51). Autorreferência é “a unidade que um elemento, um processo ou sistema é para si mesmo” (p. 52). Ante a falta de similaridade entre os elementos e processos constitutivos (fisiológicos, químicos e biológicos) do ser humano, este não é um sistema autorreferencial nem o é uma pluralidade de seres humanos (p. 60). Sistemas autorreferenciais

só observam o que percebem como diferenças: “diferenças *como tais* começam a atuar quando e na medida em que puderem ser tratadas como informações nos sistemas autorreferenciais” (p. 61).

Ainda no *Capítulo 1*, parece-me que alguns pontos fundamentais sobre o tempo repercutem em toda estrutura teórica do autor. Tempo é “o ponto de partida de toda redução de complexidade” (p. 62). Ele é o fundamento da seletividade e impõe ordenar e fortalecer relações seletivas “mediante *reflexividade do processo de seleção*” (p. 62). A inexorabilidade do tempo pressupõe o desenvolvimento de dispositivos de “agregação e integração entre relações temporais” (o sentido) com capacidade de acesso pontual a estados de coisas extremamente complexos são formas de ganhar tempo (pp. 66-67). Sistemas complexos desenvolvem *temporalização da complexidade* e se submetem a uma *constante desintegração*.

À luz dessas considerações, o autor afirma que “todo contato social será entendido como sistema até se chegar à sociedade como totalidade da consideração de todos os contatos possíveis” (p. 32). Com essa pretensão de universalidade para a teoria, no *Capítulo 2*, retoma o conceito de sentido, já sedimentado em seus textos como um processo autopropulsor que está para o mudo como a ordem está para a alteração, como a informação está para o ruído. O sentido se alimenta da desordem, deixando-se levar pelo ruído, remete-se sempre a um sentido posterior, utilizando-se de modo autorreferencial de diferenças (isto/aquilo, antes/depois, *alter/alter ego*) para atualizar possibilidades (pp. 81, 87, 88, 98-104). De certa forma, o capítulo desdobra a tautologia do sentido, algo relativamente comum no estilo discursivo do autor⁴.

O *Capítulo 3* aborda o tema da dupla contingência e tem a ver com a

4. Aliás, algo no estilo de Luhmann recorda Pierre Bourdieu: “ambos autores comparten un gusto por la tautología retórica para reflexionar sobre las bases epistemológicas de la disciplina. Igual que para Luhmann la “diferencia hace la diferencia” (1987:328) o “[...] ego sabe, por su parte, que alter sabe que ego se esfuerza por prever la conducta de alter [...]” (1998:128), Bourdieu nos habla de “objetivar la objetivación”, de las “relaciones subjetivas con el objeto” (1991:52-53) o de “improvisaciones reguladas” (1991:99). (PFEILSTETTER, 2012, p. 495). Disponível em: <<http://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/470/491>>. Acesso em: 15/08/2018.

questão: *como a ordem é possível, se as pessoas não são transparentes nem calculáveis umas para as outras?* Cada pessoa tem suas próprias expectativas. Esse é um fator de instabilidade, de perturbação, que enseja a observação recíproca entre elas e é disso que resulta uma ordem emergente (pp. 132, 133). A pressão da dupla contingência “possibilita e constrange a uma ultraperspectiva que dá às sequências comportamentais limites temporais próprios, a saber, disciplinando periodicamente o comportamento. Portanto, o problema da dupla contingência tem qualidades de uma fator autocatalítico: sem se tornar ‘consumido’ por si mesmo, ele possibilita a construção de estruturas num novo nível de ordenação que é regulado por aquela perspectiva de perspectivas” (p. 144). Com isso, um sistema social “se destaca da realidade físico-químico-orgânico-psíquica” e, desde então, tudo depende de uma seleção se conectar a outras seleções.

Condensa-se um domínio do aceitável e tolerável, tornando-se possível falar em confiança ou desconfiança. O estado de coisas da dupla contingência instaura a autorreferência dos sistemas sociais como sistemas de sentido que, inicialmente, são altamente sensíveis para quaisquer determinações. Mas, aos poucos, vão perdendo a abertura para o acaso e ganhando sensibilidade para o determinado, de maneira que, com a evolução sociocultural, a história seletiva desses sistemas passa a se impor, surgindo horizontes como restante do mundo, no qual se encontram os temas e objetos aos quais eles se referem. A abertura inicial se transforma em projeção estrutural e surgem condicionamentos das conexões sistêmicas, de forma que, sua seleção se torna duplamente seletiva (pp. 151, 155-157).

No *Capítulo 4*, o autor trata da comunicação que, grosso modo, pode ser caracterizada como um estado de coisas *sui generis*, formado pela síntese de três seleções diferentes (acontecimentos seletivos: informação, participação e compreensão). Quando um processo de comunicação se diferencia, potencializa-se a capacidade de discriminação entre o sim e não e de produção de formas (palavras, conceitos e teorias) (LUHMANN, 2005, p. 16). Há tempos, Luhmann já asseverava que somente a comunicação, definida nesses termos, interessa-lhe como acontecimento empírico: “nem as ações nem os agentes podem ser tomados como fatos empíricos. Não é possível ver nem ouvir os limites (e, com

eles, a unidade) de uma ação ou de um agente. Em ambos os casos, trata-se de constructos sob cobertura institucional e cultural” (LUHMANN, 2005, p. 64).

Diferentemente de seu opositor Jürgen Habermas que atribui à racionalidade instrumental a capacidade de invadir a experiência subjetiva, para Luhmann a subjetividade é impenetrável e as consciências não podem se comunicar (PFEILSTETTER, 2012, p. 495)⁵. Só a comunicação comunica. O *Capítulo 4* reafirma esse ponto de vista e sustenta que a única operação dos sistemas sociais é a comunicação, preparando o terreno para, em sua última obra, defini-la unicamente como: “la existencia de un *contexto relacional entre capacidad de imponerse y fugacidad temporal de la forma*” (LUHMANN, 2006, p. 153).

Com a transição para a teoria dos sistemas autorreferenciais os elementos últimos de um sistema não são nem objetivos, nem subjetivos, mas um fator referencial do modo de conexão do sistema. Em compasso com isso, o autor concebe que sistemas sociais não se constituem de pessoas ou ações, mas de comunicação e de sua atribuição como ação, isto é, como atribuição de uma seleção a um sistema, onde cada distinção entre sistema e ambiente é a produção de uma ação (pp. 188-191). Nessa perspectiva, a comunicação se torna reflexiva com a diferenciação entre temas (estruturas material-temporal-sociais do processo comunicativo) e contribuições (afirmações ou negações) (pp. 161-182).

O processo de evolução sociocultural remodela e expande as chances da comunicação promissora, consolidando expectativas em torno das quais se formam sistemas sociais. O desenvolvimento da linguagem intensificou a compreensão, mas os meios de difusão (impressão, rádio ...) tornaram mais duvidoso se a comunicação terá êxito, ensejando o desenvolvimento dos meios de comunicação simbolicamente generalizados. Linguagem, meios de difusão e meios de comunicação aumentam as prestações dos processamentos de informação dos sistemas sociais. Através deles, a sociedade reproduz comunicação mediante a reprodução de temas, que, em seu conjunto, formam a cultura da sociedade, cuja semântica são os aspectos dotados de fins comunicativos específicos (pp. 183-188).

5. Disponível em: <<http://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/470/491>>. Acesso em: 29/07/2018.

O *Capítulo 5* discute a relação entre sistema e ambiente e fixa que os sistemas sociais desenvolvem sua autonomia de autorreferência mediante certa indiferença em relação a seu ambiente e que a relação entre ambos não pode ser explicada segundo o esquema *input/output*. Na melhor das hipóteses, esse esquema gera a ilusão de reconstrução em sistemas autorreferenciais da realidade externa a eles (pp. 228-237). A relação especial entre sistemas sociais e seres humanos, quando estes são considerados ambiente daqueles é considerada uma relação especial e é dela que trata o *Capítulo 6*. Nele, o autor expõe razões para sua ruptura com a tradição humanista e para adotar o conceito de interpenetração para se referir à relação entre seres humanos e sistemas sociais. Este conceito indica que sistemas de consciência e sistemas sociais se possibilitam mutuamente: “interpenetração possibilita uma relação entre autopoiese autônoma e acoplamentos estruturais” (p. 249).

O *Capítulo 7* cuida dos sistemas psíquicos como sistemas autopoieticos, isto é, como “sistemas que reproduzem consciência por meio de consciência e que, neste processo, se encontram assentados sobre si mesmos [...] Por consciência não se deve entender nenhuma existência substancial” (p. 249). Um sistema psíquico individual se expõe à contingência de seu ambiente por meio de expectativa, uma forma que também é empregada pelos sistemas sociais. Talvez por isso, o autor afirme que sistemas psíquicos e sistemas sociais surgiram pela via da evolução concomitante.

O *Capítulo 8* trata das especificações conceituais de estrutura e ação. O conceito de estrutura é obtido através da referência ao problema da complexidade, significando uma *restrição das relações admitidas no sistema* que constitui o sentido das ações, que, por sua vez, torna plausível aquilo que é compreensível como passível de articulação (p. 319). Estrutura é restrição da possibilidade de articulação das comunicações. A formação de uma estrutura suspende a probabilidade de igualdade de cada nexos de comunicações: “esse é o pressuposto da *autorreprodução* (da substituição de elementos que estão desaparecendo por outros)” (p. 321). O conceito de estrutura é “uma condição de possibilidade de uma autorreferência basal e de uma reprodução autorreferencial” (p. 326).

Ação é caracterizada de maneira dupla: como ocorrência que não pode alterar sua relação com o curso do tempo (daí ela não ser um objeto). Objetos

envelhecem com o tempo); e, como ocorrência que induz uma transformação conjunta de passado, presente e futuro (confere a qualidade de presente para a próxima ocorrência, tornando-se passado para seu futuro). Toda ação “aparece como um momento mínimo em termos de espanto. A novidade é constitutiva de sua emergência: “não o sujeito, mas o tempo dissolvido em ocorrência, é que dá à ação a sua individualidade” (p. 324). Sem nenhum componente de espanto, sem desvio do que se encontra materialmente fixado, o agir não poderia ser temporalizado, não poderia ser ancorado em um ponto determinado do tempo” (p. 325). Sem a renovação constante de ocorrências, o presente desapareceria no passado e nada sucederia.

Mais uma vez, o mundo ao qual Luhmann se refere

Ao refutar todo tipo de referência a problemas de causalidade e de pressupostos ontológicos para o estudo da sociedade, Luhmann estrutura sua construção teórica em torno da ideia de que o conhecimento humano só é possível através de seleções. No contexto da dupla contingência em que o ser humano está envolvido, seleções só são viáveis através de uma restrição de possibilidades das próprias seleções, através de um dispositivo de seletividade partilhada, isto é, o sentido. No seu entendimento, o sentido não depende de um pressuposto ontológico e seu fundamento é a capacidade de negação do ser humano, que, quando se torna reflexiva (*a negação do negado*), permite construir generalizações como formas de sentido (LUHMANN, 2016, 1983, 1985).

O problema central da vida social não diz respeito, então, à causalidade nem à normatização, mas à generalização, que acolhe e absorve a incerteza do mundo. A autovinculação a normas ou valores na vida social é uma decorrência de generalizações imanentes ao sentido. A fixação de generalizações permite construir expectativas⁶ em torno do mundo e estabelecer restrições, tornando o que esperamos possível a partir da própria observação do mundo. O argumento, neste caso, é que nossa exposição a um processo contínuo de irritação duradoura com tudo, ou, no mínimo com muitas coisas, jamais permitiria algum sentido se estabilizar (LUHMANN, 2016, pp. 321-376).

6. O autor se refere à noção de expectativa “enquanto forma de sentido, não enquanto processo intrapsíquico” (LUHMANN, 2016, p. 332).

Expectativas restringem nossos interesses e tornam possível a ocorrência de irritações e perturbações. De certa forma, elas dirige nossa atenção para alguns focos de atenção e são uma condição de possibilidade para a ocorrência de desilusões, de desapontamentos, diante dos quais, forma-se um conhecimento mínimo com o qual observamos e descrevemos o mundo. Quando uma expectativa se adapta à desilusão, tornam-se possíveis “*saberes*”, e, quando se mantêm contra a desilusão, tornam-se possíveis “*normas*”. Expectativas abertas ao aprendizado são estabilizadas como *cognições* e as que não estão dispostas a isso são estabilizadas como *direito*. Saber e direito, portanto, emergem da necessidade de controlar incertezas, desilusões, e são as duas principais formas de generalizações comuns a todos os sistemas sociais. De fato:

constituir expectativas é, ao fim e ao cabo, uma técnica primitiva. Pode ser empregue praticamente sem nenhuma pré-condição. Não pressupõe que o indivíduo saiba (muito menos que seja capaz de descrever) quem ele é, e nem que tenha noção de seu mundo circundante). É possível construir uma expectativa sem que se conheça o mundo – contando com a sorte. Só a utilização autopoietica da expectativa é imprescindível, ou seja, ela é suficiente para estruturar o acesso às representações subsequentes. Deste modo, as representações subsequentes são apresentadas como não realização da expectativa, acompanhadas de um repertório de possibilidades de conduta que, por sua vez, é pré-estruturado pela construção da expectativa. Após algum tempo de conduta de vida consciente, preenchida por expectativas sociais, expectativas totalmente arbitrárias deixam de se construir. Uma vez imerso na sucessão progressiva normal de representação para representação, não ocorre mais o desvio para algo inteiramente alheio. O indivíduo passa a se orientar automaticamente pela própria história de sua consciência (LUHMANN, 2016, p. 301).

Seja qual for o tipo de expectativa, ela só ordena um campo social com mais de um participante quando se torna reflexiva, isto é, quando pode se referir a si mesma (uma *expectativa* de expectativas). Isso só é possível com a formação de estruturas, um fenômeno de emergência que não se compõe a

partir de uma junção de estados psíquicos, mas de uma seletividade autônoma reprojeta sobre as pessoas. Nesse sentido, o conceito de estrutura “consiste na *restrição das relações admitidas no sistema* que constitui o sentido das comunicações” (LUHMANN, 2016, p. 334).

O processo de formação de estruturas fixa restrições de possibilidades combinatórias que asseguram a passagem de uma comunicação a outra e foi graças a isso que o caos absoluto pode ser minimamente estruturado. Depois dessa conquista evolutiva, o processo de evolução sociocultural passou a reclamar, paulatinamente, pontos de vista de identificação mais abstratos: *pessoas, papéis, programas e valores*; e, no limite, colocou para a sociedade a necessidade de recorrer à organização. Nessa perspectiva, seria um equívoco atribuir ao psíquico uma espécie de primazia ontológica sobre o social (LUHMANN, 2016).

Pelo contrário, nenhuma referência ao mundo pode ser considerada onticamente pré-figurada e nenhuma informação pode dispensar um processo de atribuição de sentido. Qualquer seleção carrega consigo a ressalva de que outras possibilidades poderiam ter sido selecionadas, isto é, são contingentes: expressam um “sempre-possível-de-outra-forma”. Seleções são arriscadas porque negam outras possibilidades, simplificam a complexidade, colocando em suspenso possibilidades de expectativas serem decepcionadas: a estação chuvosa pode não trazer as chuvas usuais, a mãe pode não se comportar como mãe, a política governamental pode não trazer prosperidade, etc. (BEYER, 1983).

Referências

ARNOLD, Marcelo; RODRÍGUEZ, Darío. *Sociedad y teoría de sistemas*. 3. ed. Santiago: Editorial Universitaria, 1999.

ARNOLD-CATHALIFAUD, Marcelo. Lineamientos para un programa sociopoiético de investigación. En: FARIAS, Ignacio; OSSANDÓN, José (eds.) *Observando sistemas. Nuevas apropiaciones y usos de la teoría de Niklas Luhmann*. Santiago: RIL Editores, Fundación SOLES, 2006, 219-240.

BEYER, Peter. Introduction. In: LUHMANN, Niklas. *Religious dogmatics and the evolution of societies*. New York: The Edwin Mellen Press, 1983.

DIÓGENES, José Lenho Silva. *O subsistema penal militar e suas contingências: uma sociologia do crime militar à luz de Niklas Luhmann*. 2017. 189 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.

KLEIN, Stefan. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3, dezembro 2017, pp. 349-367.

LUHMANN, Niklas. *Sistemas Sociais: esboço de uma teoria geral*. Tradução Antônio C. Luz Costa, Roberto Dutra Torres Junior e Marco Antônio dos Santos Casanova. Rio de Janeiro: Vozes, 2016

LUHMANN, Niklas. *Intrusão à teoria dos sistemas*. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LUHMANN, Niklas. *La sociedad de lasociedad*. Traducción de Javier Torres Nafarrate, bajo el cuidado conceptual de Darío Rodríguez Mansilla. 1a. ed. en español. Universidade Iberoamericana. Biblioteca Francisco Xavier Clavigero. México: Herder, 2006.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. Niklas Luhmann. Tradução Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

LUHMANN, Niklas. *Sistemas Sociales: Lineamientos para una teoría general*. Traducción Silvia Pappé y Brunhilde Erker. Barcelona: Anthropos, 1998.

LUHMANN, Niklas. *La ciencia de la sociedad*. Traducción Silvia Pappé y Brunhilde Erker, Luis Felipe Segura; bajo la dirección de Javier Torres Nafarrate. 1ª. ed. en español. Barcelona: Anthropos, 1996.

LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito II*. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1985.

LUHMANN, Niklas. *Religious dogmatics and the evolution of societies*. New York: The Edwin Mellen Press, 1984.

LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito I*. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

LUHMANN, Niklas. *Ilustración sociológica y otros ensayos*. Versión castellana de H. A. Murena. Buenos Aires: Editorial SUR, 1973.

PFEILSTETTER, Richard. Bourdieu y Luhmann: diferencias, similitudes, sinergias. *Revista Internacional de Sociologia (Ris)*, Vol.70, nº 3, Septiembre-Diciembre, 489-510, 2012.

Recibido: 15/03/2018

Aceito: 30/04/2018